



SANTA CASA  
MISERICÓRDIA DE SEIA

# RELATÓRIO

## DE ATIVIDADES E CONTAS

# 2024



*Zeet*  
*P. P. P. P. P.*  
*(B) [Signature]*

*Todos os nossos sonhos podem-se realizar,  
se tivermos a coragem de persegui-los.*

Walt Disney

2021  
Annual  
of  
P. 20  
2021

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500875804

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	8.628.760,50	8.723.879,03
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	228.051,34	228.051,34
Ativos Fixos Intangíveis	6	7.777,17	15.031,14
Investimentos financeiros	15.1	27.732,49	27.732,49
		8.892.321,50	8.994.694,00
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	42.636,17	45.697,23
Créditos a receber	15.3	93.666,51	95.510,08
Estado e outros entes públicos	15.9	9.165,35	1.565,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	3.146,00	2.447,50
Diferimentos	15.5	36.044,29	76.095,17
Outros ativos correntes	15.4	386.427,33	399.312,70
Caixa e depósitos bancários	15.6	403.591,66	199.582,29
		974.677,31	820.210,88
<b>Total do ativo</b>		9.866.998,81	9.814.904,88
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	15.7	318.301,19	318.301,19
Resultados transitados	15.7	2.563.861,18	2.663.865,53
Excedentes de revalorização	15.7	4.094.853,30	4.135.273,84
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	1.059.834,05	998.023,72
		8.036.849,72	8.115.464,28
Resultado líquido do período		13.004,89	-98.808,21
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		8.049.854,61	8.016.656,07
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	11	0,00	1.723,07
Provisões específicas	11	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7-8	923.020,65	836.640,30
Outras contas a pagar	15.10	0,00	10.000,00
		923.020,65	848.363,37
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15.8	169.601,44	265.538,61
Estado e outros entes públicos	15.9	77.711,41	68.028,26
Financiamentos obtidos	7-8	211.232,72	168.936,00
Diferimentos	15.5	10.026,00	111,00
Outros passivos correntes	15.10	425.551,98	447.271,57
		894.123,55	949.885,44
<b>Total do passivo</b>		1.817.144,20	1.798.248,81
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		9.866.998,81	9.814.904,88

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

*Paula Cristina Henriques Costa*  
*Patrícia Garcia de Araújo*  
*Deshina Paula T. Pereira Almeida do Sousa*  
*Isabel Maria Marques da Silva*  
*Margarida Isabel Carro Noro*

*Paulo Duarte*  
 c.c. 87647

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500875804

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	4.067.204,42	3.866.747,85
Subsídios, doações e legados à exploração	15.11	174.757,91	176.940,78
Variação nos inventários da produção	9	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos dos inventários vendidos e matérias consumidas	9	-416.706,88	-449.087,89
Fornecimentos e serviços externos	15.12	-764.390,06	-783.381,84
Gastos com o pessoal	13	-2.945.137,59	-2.816.653,13
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	1.703,50
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.3-15.4	-1.697,96	-6.097,61
Provisões (aumentos/reduções)	11	1.723,07	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	15.4	-3.500,00	132,63
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	15.13	150.362,23	154.824,68
Outros gastos	15.14	-16.935,01	-18.600,92
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>245.680,13</b>	<b>126.528,05</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5-6	-178.689,89	-178.385,50
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>66.990,24</b>	<b>-51.857,45</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	15.15	4.438,58	2.123,04
Juros e gastos similares suportados	15.15	-58.423,93	-49.073,80
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>13.004,89</b>	<b>-98.808,21</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>13.004,89</b>	<b>-98.808,21</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

*Paulo Pinto Almeida (assinado)*  
*Patrícia Garcia Amarel*  
*Christina Maria Ribeiro Almeida de Sousa*  
*Bebel Maria Marques da Silva*  
*Margarida Bebel Casanova*

*Paulo Duarte*  
 CC 87647

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	10-15.3	3.665.878,88	3.840.902,00
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	15.8	-1.291.676,39	-1.203.471,97
Pagamentos ao pessoal	13	-2.056.626,67	-1.931.308,74
Caixa gerada pelas operações		317.575,82	706.121,29
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>		0,00	0,00
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		-182.102,95	-685.776,29
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		135.472,87	20.345,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	5-15.10	-95.710,27	-28.997,32
Activos intangíveis	6	0,00	-4.686,79
Investimentos financeiros	15.1	0,00	-2.828,65
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis	15.13	89.555,07	77.127,95
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	15.1	0,00	22.923,75
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	12	0,00	8.500,00
Juros e rendimentos similares	15.15	4.438,58	2.123,04
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1.716,62	74.161,98
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		300.000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações			0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-171.322,95	-172.583,61
Juros e gastos similares	15.15	-58.423,93	-49.073,80
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		70.253,12	-221.657,41
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	15.6	204.009,37	-127.150,43
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		199.582,29	326.732,72
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		403.591,66	199.582,29

A Mesa Administrativa  
 Paulo Duarte, Assente Jago  
 Patrícia Garcia Amarel  
 Dist. Jago período fluído de Jago  
 Isabel Maria Marques da Silva

O Contabilista Certificado  
 Paulo Duarte  
 CC 87647

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA  
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500875804  
 Moeda: (Valores em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	4-15.7	318.301,19	0,00	0,00	2.814.066,89	0,00	4.176.519,28	1.043.177,88	-191.446,80	8.160.618,44	0,00	8.352.065,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00	
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					41.245,44		-41.245,44			0,00		0,00	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-191.446,80					191.446,80		0,00	
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	2		0,00	0,00	0,00	-150.201,36	0,00	-41.245,44	0,00	191.446,80	0,00	0,00	
RESULTADO EXTENSIVO	3	4-15.7								-98.808,21	-98.808,21		-98.808,21
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3									92.638,59	-98.808,21	0,00	-98.808,21
Fundos													
Subsídios, doações e legados										-28.899,58			-28.899,58
Outras operações										-16.254,58			-16.254,58
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	5	6=1+2+3+5	318.301,19	0,00	0,00	2.663.865,53	0,00	4.135.273,84	998.023,72	-98.808,21	8.016.556,07	0,00	8.016.556,07

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	15.7	318.301,19	0,00	0,00	2.663.865,53	0,00	4.135.273,84	998.023,72	-98.808,21	8.016.556,07	0,00	8.016.556,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00	
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		4-15.7				40.420,54		-40.420,54		0,00		0,00	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		4-12-15.7				-140.424,89				98.808,21	-41.616,68		-41.616,68
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	2		0,00	0,00	0,00	-100.004,35	0,00	-40.420,54	0,00	98.808,21	-41.616,68	0,00	-41.616,68
RESULTADO EXTENSIVO	3	4-15.7								13.004,89	13.004,89		13.004,89
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3	4-15.7								111.813,10	-28.511,79	0,00	-28.511,79
Fundos		12-15.7									0,00		0,00
Subsídios, doações e legados		15.1								61.810,33			61.810,33
Outras operações													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	5	6=1+2+3+5	318.301,19	0,00	0,00	2.663.861,18	0,00	4.094.853,30	1.059.834,05	13.004,89	8.049.854,61	0,00	8.049.854,61

A Mesa Administrativa  
 Paula Costa Almeida  
 Patrícia Garcia Amaro  
 Cristina Santos Fernandes Almeida de Sousa  
 Isabel Maria Marques da Silva  
 Margarida Isabel Goncalves

Contabilista Certificado  
 Paulo Duarte  
 CC 87647

*2024*  
*Final*  
*10*  
*Maria*

# **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE**

## **SEIA**

**Anexo**

**31 de dezembro de 2024**



## Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	17
6	Ativos Intangíveis .....	21
7	Locações.....	21
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	22
9	Inventários .....	23
10	Rédito .....	24
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	24
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	25
13	Benefícios dos empregados .....	26
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	26
15	Outras Informações.....	26
15.1	Investimentos Financeiros .....	26
15.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	27
15.3	Clientes e Utentes .....	27
15.4	Outras contas a receber.....	28
15.5	Diferimentos .....	29

15.6 Caixa e Depósitos Bancários .....	29
15.7 Fundos Patrimoniais.....	29
15.8 Fornecedores .....	30
15.9 Estado e Outros Entes Públicos.....	30
15.10 Outras Contas a Pagar.....	31
15.11 Subsídios, doações e legados à exploração .....	31
15.12 Fornecimentos e serviços externos .....	32
15.13 Outros rendimentos.....	32
15.14 Outros gastos .....	32
15.15 Resultados Financeiros .....	33
15.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	33
16 Passivos Contingentes e Garantias Prestadas pela Instituição .....	33
16.1 Passivos Contingentes .....	33
16. 2 Garantias Prestadas.....	34

*let*  
*Quinal*  
~~*1*~~  
*1*  
*1*  
*1*

## 1 Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA é uma instituição sem fins lucrativos, com registo efetuado na Direção-Geral da Segurança Social, no Livro 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o nº 1/84, fls. 155 e 155 verso e com sede em Rua da Creche, Seia.

Para que possa prosseguir os seus objetivos, desenvolve as seguintes atividades:

- Apoio ao Idoso na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cuidados para crianças em Creche e Jardim de Infância;
- Cuidados de Saúde em Unidade de Cuidados Continuados Integrados e de Clínica Médica.
- Para além do apoio aos mais carenciados através da Loja Social com o Programa da Cantina Social, disponibiliza ainda, outros apoios à comunidade, como por exemplo formação profissional a ativos empregados e desempregados.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do mesmo Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Aviso N.º 8259/2015 de 29 de Junho (Norma de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo);
- Portaria N.º 218/2015 de 23 de Junho;
- Portaria N.º 220/2015 de 24 de Junho;
- Normas Interpretativas (NI)

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

##### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

*Let*  
*Anual*  
*2024*

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	5
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Importa contudo referir que os principais imóveis encontram-se mensurados com base no método de revalorização, na sequência de avaliações imobiliárias realizadas em exercícios anteriores, algumas realizadas em 2015 e outras em 2017 e 2022.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais


As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	7

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Pinaal' and 'Mora'.*

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.11 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

bet  
Finacial  
#  
M. Weer

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

*Handwritten signature and stamp:*  
Handwritten signature: [Signature]  
Stamp: [Circular stamp with illegible text]  
Handwritten signature: [Signature]

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do Balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

### **3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa";
- b) "As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas";

c) "As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21%, sobre a matéria coletável nos termos do n.º 1 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Neste exercício, foram contabilizados os seguintes factos relevantes que originaram alterações na conta de resultados transitados:

- A crédito, pela transferência do montante de 40 420,53€, para resultados transitados, pela utilização do excedente de reavaliação relativo à depreciação de edifícios reavaliados.
- A débito pela transferência do resultado líquido de 2023, no montante de 98 808,21€.
- A débito pelo montante de 41 616,68€, relativo à redução de montantes pagos no âmbito do projeto “Vamos”, Operação nº POISE-03-4639-FSE-000673, em exercícios anteriores.

#### 5 Ativos Fixos Tangíveis

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imóveis	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>228.051,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>228.051,34</b>

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural":

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>228.051,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>228.051,34</b>

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	3.357.148,58	0,00	-4,68	0,00	0,00	3.357.143,90
Edifícios e outras construções	5.066.196,01	1.453,80	-437,31	-31.057,50	0,00	5.036.155,00
Equipamento básico	1.462.325,21	24.710,09	0,00	-14.563,20	0,00	1.472.472,10
Equipamento de transporte	281.898,80	1.668,62	-30.524,83	0,00	0,00	253.042,59
Equipamento administrativo	133.270,43	1.164,81	0,00	14.563,20	0,00	148.998,44
Equipamentos Biológicos	9.565,44	0,00	0,00	0,00	0,00	9.565,44
Outros Ativos fixos tangíveis	144.890,09	0,00	0,00	0,00	0,00	144.890,09
<b>Total</b>	<b>10.455.294,56</b>	<b>28.997,32</b>	<b>-30.966,82</b>	<b>-31.057,50</b>	<b>0,00</b>	<b>10.422.267,56</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	99.100,93	105.995,48	0,00	-3.752,83	0,00	201.343,58
Equipamento básico	1.040.253,05	51.797,86	0,00	731,95	0,00	1.092.782,86
Equipamento de transporte	247.483,08	10.330,21	-32.583,41	0,00	0,00	225.229,88
Equipamento administrativo	146.093,66	5.624,71	0,00	2.788,51	0,00	154.506,88
Outros Ativos fixos tangíveis	102.435,91	1.361,81	0,00	-3.482,95	0,00	100.314,77
Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	3.663,56	0,00	3.663,56
<b>Total</b>	<b>1.635.366,63</b>	<b>175.110,07</b>	<b>-32.583,41</b>	<b>-51,76</b>	<b>0,00</b>	<b>1.777.841,53</b>

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	3.357.143,90	6.520,00	-5.500,00	0,00	0,00	3.358.163,90
Edifícios e outras construções	5.036.155,00	48.683,87	0,00	0,00	0,00	5.084.838,87
Equipamento básico	1.472.472,10	21.615,21	0,00	0,00	0,00	1.494.087,31
Equipamento de transporte	253.042,59	0,00	0,00	0,00	0,00	253.042,59
Equipamento administrativo	148.998,44	24.998,31	0,00	0,00	0,00	173.996,75
Equipamentos Biológicos	9.565,44	0,00	0,00	0,00	0,00	9.565,44
Outros Ativos fixos tangíveis	144.890,09	0,00	0,00	0,00	0,00	144.890,09
<b>Total</b>	<b>10.422.267,56</b>	<b>101.817,39</b>	<b>-5.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.518.584,95</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	201.343,58	106.552,05	0,00	0,00	0,00	307.895,63
Equipamento básico	1.092.782,86	52.802,16	0,00	0,00	0,00	1.145.585,02
Equipamento de transporte	225.229,88	7.233,72	0,00	0,00	0,00	232.463,60
Equipamento administrativo	154.506,88	7.601,60	0,00	0,00	0,00	162.108,48
Outros Ativos fixos tangíveis	100.314,77	0,00	0,00	0,00	0,00	100.314,77
Outras Imobilizações Corpóreas	3.663,56	746,39	0,00	0,00	0,00	4.409,95
<b>Total</b>	<b>1.777.841,53</b>	<b>174.935,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.952.777,45</b>

No que concerne às garantias reais prestadas pela Instituição, as mesmas encontram-se evidenciadas no ponto 16.2 do presente documento.

Relativamente ao imóvel situado na Rua da Creche da Misericórdia (serviços centrais), importa referir que a Instituição concluiu o plano de pagamentos acordado com o Município de Seia, sendo que a respetiva escritura foi outorgada no final do exercício de 2024.

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos "Investimentos em Curso":

2024					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Transferências / Alienações	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Construção Celeiro Quinta do Paçô	25.622,50	0,00	0,00	0,00	25.622,50
Remodelação/Ampliação UCC	6.273,00	0,00	0,00	0,00	6.273,00
Projeto Remodelação Edifício SAC	31.057,50	0,00	0,00	0,00	31.057,50
Reabilitação casa Largo da Misericórdia	16.500,00	0,00	-16.500,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>79.453,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-16.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62.953,00</b>

No que concerne aos movimentos registados nas colunas "Alienações", os mesmos dizem respeito ao imóvel situado no Largo da Misericórdia, o qual foi alienado em 2024 por 35.000 Euros.

Relativamente ao Excedente de Revalorização, o quadro infra evidencia a evolução do excedente de revalorização verificada durante os exercícios de 2024:

Rubrica	01/01/2024	Realização 2024	31/12/2024
Terrenos e Recursos Naturais	2.054.246	0	2.054.246
Edifícios	2.021.026	40.420	1.980.606
<b>Total</b>	<b>4.075.272</b>	<b>40.420</b>	<b>4.034.852</b>

Rubrica	01/01/2023	Realização 2023	31/12/2023
Terrenos e Recursos Naturais	2.054.246	0	2.054.246
Edifícios	2.062.273	41.246	2.021.026
<b>Total</b>	<b>4.116.519</b>	<b>41.246</b>	<b>4.075.272</b>

A realização do excedente de revalorização está associada com as depreciações reconhecidas durante o exercício, importando referir que a Instituição não procedeu à alienação de qualquer imóvel que se encontra mensurado com base no método de revalorização.

*Let*  
*Quinal*  
*13*  
*11/11*

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Projetos de desenvolvimento	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	15.646,09	0,00	0,00	0,00	0,00	15.646,09
<b>Total</b>	<b>19.146,09</b>	<b>0,00</b>	<b>3.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.646,09</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	4.114,95	3.753,97	0,00	0,00	0,00	7.868,92
<b>Total</b>	<b>4.114,95</b>	<b>3.753,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.868,92</b>

## 7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

*Princípio*

*1000*

Descrição	2024			2023		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Sistema Solar Térmico Creche/Jardim	34.614,16	15.006,94	19.607,22	34.614,16	12.698,18	21.915,98
Sistema Solar Térmico Telhado UCC	103.056,00	30.359,46	72.696,54	103.056,00	23.485,62	79.570,38
Sistema Solar Térmico Telhado ERPI	113.904,00	24.691,55	89.212,45	113.904,00	17.094,15	96.809,85
<b>Total</b>	<b>251.574,16</b>	<b>70.057,95</b>	<b>181.516,21</b>	<b>251.574,16</b>	<b>53.277,95</b>	<b>198.296,21</b>

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2024			2023		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	19.783,56	13.631,28	33.414,84	19.783,56	13.631,28	33.414,84
De um a cinco anos	98.917,80	68.156,40	167.074,20	98.917,80	68.156,40	167.074,20
Mais de cinco anos	53.578,64	36.916,78	90.495,42	113.483,82	78.479,04	191.962,86
<b>Total</b>	<b>172.280</b>	<b>118.704,46</b>	<b>290.984,26</b>	<b>232.185,18</b>	<b>160.266,72</b>	<b>392.451,90</b>

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	191.449,16	770.524,21	961.973,37	149.152,44	664.360,30	813.512,74
Locações Financeiras	19.783,56	152.496,44	172.280,00	19.783,56	172.280,00	192.063,56
<b>Total</b>	<b>211.232,72</b>	<b>923.020,65</b>	<b>1.134.253,37</b>	<b>168.936,00</b>	<b>836.640,30</b>	<b>1.005.576,30</b>

As garantias de pagamento dos financiamentos, encontram-se descritas na nota número 16.2 deste anexo.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2024			2023		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	191.449,16	36.055,75	227.504,91	149.152,44	41.938,64	191.091,08
De um a cinco anos	695.524,21	71.646,26	767.170,47	551.823,22	129.141,59	680.964,81
Mais de cinco anos	75.000,00	2.764,06	77.764,06	112.357,08	8.932,74	121.289,82
<b>Total</b>	<b>961.973,37</b>	<b>110.466,07</b>	<b>1.072.439,44</b>	<b>813.332,74</b>	<b>180.012,97</b>	<b>993.345,71</b>

No que concerne às garantias prestadas pela Instituição com vista ao cumprimento das responsabilidades assumidas perante as Instituições Financeiras, as mesmas encontram-se evidenciadas na nota 16.2 do presente documento.

## 9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2024		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	18.120,49	9.355,65		13.301,60	13.359,88		15.321,33
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	40.684,21	438.766,32	-12.141,55	32.395,63	415.445,47	-15.159,53	27.314,84
Produtos acabados e intermédios	0,00			0,00			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00			0,00			0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00			0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>58.804,70</b>	<b>448.121,97</b>	<b>-12.141,55</b>	<b>45.697,23</b>	<b>428.805,35</b>	<b>-15.159,53</b>	<b>42.636,17</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				449.087,89			416.706,88
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

**10 Rédito**

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	707,09	1.485,15
<b>Prestação de Serviços</b>		
-Quotas de utilizadores	1.587.858,17	1.425.288,90
-Quotas e joias	5.157,50	5.128,50
-Acordos de cooperação	2.473.481,66	2.434.845,30
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.067.204,42</b>	<b>3.866.747,85</b>

Os pagamentos do estado para pagamento dos serviços prestados, desagregam-se do seguinte modo:

Descrição	2024	2023
<b>Prestações de Serviços ao Estado e outros entes públicos</b>		
-ISS,IP - Centro Distrital - Creches	465.991,69	482.696,94
-ISS,IP - Centro Distrital - Jardins de Infância	199.401,51	198.963,97
-ISS,IP - Centro Distrital - Cantina Social	0,00	10.980,00
-ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	90.990,70	98.971,65
-ISS,IP - Centro Distrital - ERPI	379.140,39	355.955,99
-ISS,IP - Centro Distrital -UCCI	135.566,97	142.104,19
- ISS,IP - Centro Distrital-POAPMC	0,00	1.662,00
Administração Regional de Saúde do Centro	1.202.390,40	1.143.510,56
<b>Total</b>	<b>2.473.481,66</b>	<b>2.434.845,30</b>

**11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes****Provisões**

Nos períodos de 2023 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	1.723,07	0,00	1.723,07	0,00
<b>Total</b>	<b>1.723,07</b>	<b>0,00</b>	<b>1.723,07</b>	<b>0,00</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

No exercício de 2024, reverteu-se o valor provisional de 1 723,07€, relativo ao processo de ação inspetiva realizada pelo Instituto da Segurança Social, do qual a instituição foi absolvida.

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024	2023
<b>Subsídios do Governo</b>		
Piddac	132.832,93	137.576,96
ARS do Centro	453.110,72	465.697,13
MASES	21.000,00	21.600,00
QREN	15,77	2.841,18
DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais	25.550,42	27.272,92
ISS - PRR - RE - CO3-i01-000012-Viatura Elétrica	17.405,34	23.555,34
PRR-RE-i01-2023-Caixailharia Creche	77.000,00	0,00
<b>Subsídios de Outras Entidades</b>		
Fundo Rainha D. Leonor	185.827,46	190.091,19
Fundação "la Caixa" - Projeto "O Ninho"	3.751,50	5.001,00
Fundação "la Caixa" - Para Melhor Cuidar"	7.201,91	8.500,00
BPI+ VAMOS - Cuidar em Demência	20.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>943.696,05</b>	<b>882.135,72</b>

### 13 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2023, foram, respetivamente 16.

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023, foi de 154 e em 31/12/2024 foi de 161.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2.311.525,05	2.180.426,70
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	6.789,06	5.499,04
Encargos sobre as Remunerações	490.435,08	459.415,80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	69.690,62	52.811,16
Gastos de Ação Social	26.905,07	27.201,39
Outros Gastos com o Pessoal	39.792,71	91.299,04
<b>Total</b>	<b>2.945.137,59</b>	<b>2.816.653,13</b>

### 14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, em 2023 e 2024, foram de 4 797,00€ e 5 416,06 € respetivamente em cada um dos períodos.

### 15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Investimentos noutras empresas	500,00	0,00	0,00	500,00
Outros investimentos financeiros	27.232,49	0,00	0,00	27.232,49
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>27.732,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.732,49</b>

*Handwritten notes and signatures:*  
 [Signature]  
 Anual  
 [Signature]  
 [Signature]

### 15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros


A 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2024 e 2023, são discriminados da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	26.804,34	24.471,74
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-23.658,24	-22.024,24
<b>Total</b>	<b>3.146,00</b>	<b>2.447,50</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:



Descrição	2024	2023
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	93.666,51	95.510,08
Adiantamentos de Utentes		
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Utentes	31.449,88	32.177,85
<b>Perdas por imparidade</b>		
Utentes	-31.449,88	-32.177,85
<b>Total</b>	<b>93.666,51</b>	<b>95.510,08</b>

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2024	2023
Cientes	2.608,00	2.185,50
Utentes	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Reversões em dívidas a receber	-910,04	-1.897,93
<b>Total</b>	<b>1.697,96</b>	<b>287,57</b>

#### 15.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos a Fornecedores	71,65	0,01
Adiantamentos ao pessoal	0,50	787,01
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	21.365,47	135.460,27
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	383.380,41	281.456,11
Perdas por Imparidade	-18.390,70	-18.390,70
<b>Total</b>	<b>386.427,33</b>	<b>399.312,70</b>

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2024	2023
Outros Devedores	0,00	5.810,04
Reversões em dívidas a receber	0,00	-132,63
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>5.677,41</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like "Pinauf" and "W. W. W."]*

### 15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
<b>Gastos a Reconhecer</b>	<b>36.044,29</b>	<b>76.095,17</b>
<b>Total</b>	<b>36.044,29</b>	<b>76.095,17</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>	<b>10.026,00</b>	<b>111,00</b>
<b>Total</b>	<b>10.026,00</b>	<b>111,00</b>

### 15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	Movimentos a Débito	Movimentos a Crédito	2024
Caixa	286,83	835.729,16	835.644,70	371,29
Depósitos à ordem	157.903,75	5.994.847,30	5.999.530,68	153.220,37
Depósitos a prazo	41.391,71	315.023,10	106.414,81	250.000,00
<b>Total</b>	<b>199.582,29</b>	<b>7.145.599,56</b>	<b>6.941.590,19</b>	<b>403.591,66</b>

### 15.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	318.301,19	0,00	0,00	318.301,19
Resultados transitados	2.663.865,53	40.420,54	140.424,89	2.563.861,18
Excedentes de revalorização	4.135.273,84		40.420,54	4.094.853,30
Outras variações nos fundos patrimoniais	998.023,72	97.250,00	35.439,67	1.059.834,05
Resultado Líquido do Exercício	-98.808,21			13.004,89
<b>Total</b>	<b>8.016.656,07</b>	<b>137.670,54</b>	<b>216.285,10</b>	<b>8.049.854,61</b>

### 15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	157.228,45	265.538,61
Fornecedores Cheques Pré-Datados	12.301,34	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>169.529,79</b>	<b>265.538,61</b>

### 15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.165,35	1.565,91
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>9.165,35</b>	<b>1.565,91</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.391,08	374,18
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	10.781,76	13.703,75
Segurança Social	57.538,57	53.623,24
Outros Impostos e Taxas		327,09
<b>Total</b>	<b>77.711,41</b>	<b>68.028,26</b>

**15.10 Outras Contas a Pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		8.638,64		8.444,54
Outras operações				
Fornecedores de Investimentos		15.876,38	10.000,00	48.785,97
Adiantamentos de Clientes e Utentes		6.228,69		4.549,96
Adiantamentos por conta de vendas		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		346.746,35		313.747,75
Outros credores		48.061,92		71.743,35
<b>Total</b>		<b>425.551,98</b>	<b>10.000,00</b>	<b>447.271,57</b>

*Handwritten signature and initials:*  
 J. J. J.  
 J. J. J.  
 J. J. J.  
 J. J. J.  
 J. J. J.

**15.11 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos		
-ISS,IP - Centro Distrital - Jardins de Infância	22.410,48	38.170,80
- ISS,IP - Centro Distrital-POAPMC	1.816,20	0,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional	62.050,53	66.733,22
Autarquia	2.500,00	0,00
IFAP	3.868,33	5.040,85
Fundação Calouste Gulbenkian	2.070,19	17.026,69
Instituições Particulares	0,00	866,50
Investidores Sociais		
- Investidores Sociais do Sector Publico	10.000,00	10.000,00
- Investidores Sociais do Sector Privado	12.500,00	18.200,00
Doações e heranças	57.542,18	20.902,72
<b>Total</b>	<b>174.757,91</b>	<b>176.940,78</b>

**15.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	2.743,43	763,59
Serviços especializados	382.566,62	324.207,57
Materiais	31.890,96	33.286,73
Energia e fluidos	167.055,97	170.344,25
Deslocações, estadas e transportes	453,10	418,12
Serviços diversos	173.231,52	251.082,13
Encargos com utentes	6.448,46	3.279,45
<b>Total</b>	<b>764.390,06</b>	<b>783.381,84</b>

**15.13 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	20 552,16	19.115,75
Descontos de pronto pagamento obtidos	4 073,63	3.209,62
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	131,59	98,60
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	72 881,47	77.127,95
Outros rendimentos	52.723,38	55.272,76
<b>Total</b>	<b>150.362,23</b>	<b>154.824,68</b>

**15.14 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	1.295,29	1.130,90
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,69
Incobráveis	2533,92	35,65
Perdas em inventários	5,75	14,24
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	40,65
Outros Gastos	13.100,05	17.378,79
<b>Total</b>	<b>16.935,01</b>	<b>18.600,92</b>

### 15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	58 423,93	49.073,80
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>58.423,93</b>	<b>49.073,80</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	4 438,58	2 123,04
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4 438,58</b>	<b>2 123,04</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-53.985,35</b>	<b>-46.950,76</b>

### 15.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 5 de março de 2025.

## 16 Passivos Contingentes e Garantias Prestadas pela Instituição

### 16.1 Passivos Contingentes

À data de reporte das demonstrações financeiras estavam em curso os seguintes processos judiciais:

- Processo nº 893/24.6T8GRD intentado pela CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e que tem valor de 30.000,01 Euros, existindo a convicção por parte dos assessores jurídicos de que a Instituição não será condenada;

- Impugnação judicial nº 285/22.1BEVIS respeitante a uma eventual obrigação de pagamento de contribuições à Segurança Social no montante de 17.133 Euros, existindo a convicção por parte dos assessores jurídicos de que a Instituição terá sucesso nesta ação.

Por não existir expectativa de que aqueles processos judiciais resultem em exfluxos financeiros, não foram reconhecidas provisões associadas aos mesmos.

## 16. 2 Garantias Prestadas

Para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades financeiras, a Santa Casa da Misericórdia de Seia constituiu diversas garantias associadas aos empréstimos contraídos junto de instituições financeiras. Estas garantias visam mitigar o risco para os credores e garantir condições de financiamento adequadas às necessidades da instituição.

Abaixo detalham-se as garantias associadas a cada financiamento obtido:

Instituição Financeira	Valor Empréstimo Inicial	Finalidade	Garantias Prestadas
CCAM Serra da Estrela, CRL	1.500.000	Financiar obras de construção do edifício destinado à Unidade de Saúde	Hipoteca do imóvel a favor da CCAM (artigo U-1340)
Santander Totta	400.000	Linha COVID-19	Livrança subscrita pela Instituição
Montepio Geral	300.000	Fundo de Maneio	Livrança Subscrita pela Instituição Garantia prestada pelo FEI – Fundo Europeu de Investimento a favor do Montepio Geral

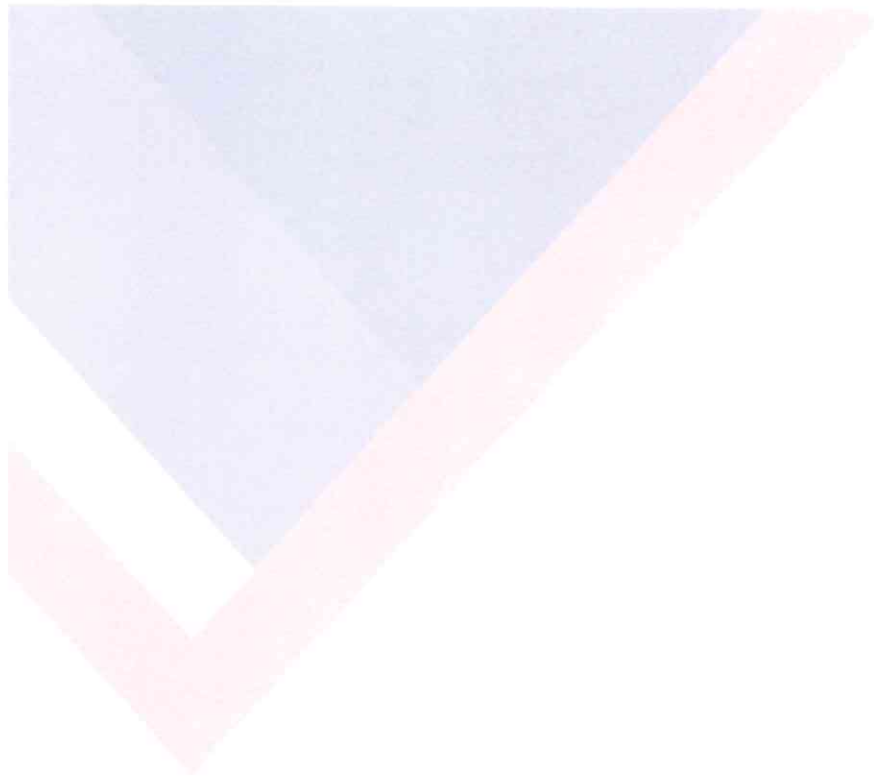
Seia, 5 de março de 2025

O Contabilista Certificado

*Paulo Duarte*  
CC 87647

A Mesa Administrativa

*Paulo Carlos Henriques Lopes*  
*Patrícia Garcia Anuar*  
*Luísa Paula Rigueiro Almeida de Sousa*  
*Chabel Maria Marques de Silva*  
*Margarida Isabel Garcia Nereu*



*Est  
Parecer  
F  
Llan*

# **PARECER DO CONSELHO FISCAL**



*[Handwritten signatures in blue ink]*

**PARECER 01/2025**

**CONSELHO FISCAL**

**Parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício de 2024**

Aos dez dias de Março de 2025, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Seia, para, nos termos da alínea f) do artigo 50º do Compromisso, apreciar as contas do exercício de 2024, apresentadas pela Mesa Administrativa e emitir o correspondente Parecer, a submeter à apreciação da Assembleia Geral.

Ressalvamos que o parecer do Conselho Fiscal, relativamente à veracidade e segurança das demonstrações financeiras, está suportado na opinião expressa, através da Certificação Legal de Contas, emitida pela Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC LDA.

No que respeita ao resultado económico de 2024, todos os membros manifestaram a sua satisfação e agrado por se ter verificado uma inversão do Resultado Líquido negativo do ano anterior, registando-se um resultado positivo de 13.004,89 euros.

No entanto, salientamos a amplitude do resultado negativo de algumas valências, de onde destacamos o Jardim de Infância, que não poderão deixar de ter uma análise exaustiva por parte da Mesa Administrativa no sentido de as corrigir pois afetam bastante o resultado da Instituição:

- 108.426,67 euros negativos da valência Jardim de Infância;
- 39.153,02 euros negativos da valência de Serviço Religioso e Cultural;
- 17.246,62 euros negativos da valência da Unidade de Média Duração e Reabilitação.

Deixamos também mais alguns pontos que merecem uma análise pormenorizada da sua evolução:

- os Fluxos de Caixa das Atividades Operacional apresentam um resultado positivo de 135.472,87€;
- os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento apresentam um resultado negativo de 1.716,62€;
- os Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento apresentam um resultado positivo de 70.253,12€;
- a Caixa e seus equivalentes no fim do período apresentam um valor de 403.591,66€ tendo um acréscimo em relação ao ano 2023 de 102,22%;
- os Custos com Pessoal apresentam um valor de 2.945.137,59€ tendo em relação ao ano 2023 um acréscimo 4,56%;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos na subrubrica de Serviços Especializados apresenta 382.566,62€ tendo um acréscimo de 18%;
- os Edifícios das várias valências, dada a sua vida útil, podem a curto/médio prazo necessitar de obras de conservação o que requer investimentos financeiros que devem ser estrategicamente planeados.

O nosso Parecer vai no sentido de que sejam aprovados o Relatório de Atividades e Contas apresentados pela Mesa Administrativa referentes ao exercício de 2024, dando desta forma um voto de confiança para a continuação da tendência dos resultados positivos apresentados.

Seia, 10 de Março de 2025

O Conselho Fiscal,



Presidente

Vera Lúcia Rodrigues Mota



Suplente

Maria Eulália Anacleto da Silva Clara



Vice Presidente

Ricardo Nuno Dias Lopes Alves




Suplente

Mariana da Luz Figueiredo Aires



Secretária

Elisabete Maria Oliveira Cunha



Suplente

Maria Fátima Pinto da Silva

*Let  
Fiscal*

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Seia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2024 (que evidencia um total de 9.866.998 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.049.854 euros, incluindo um resultado líquido de 13.004 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Seia** em 31/12/2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

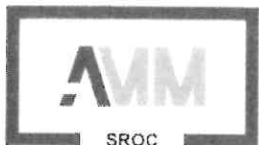
#### Outras Matérias

O exercício de 2023 foi auditado por outro auditor, tendo este emitido um relatório com uma opinião não modificada no dia 21 de março de 2024.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades e contas com as demonstrações financeiras.



## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de atividades e contas

Em nossa opinião, o relatório de atividades e contas foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 7 de março de 2025

  
Alberto Martins Magalhães & Associados, SROC Lda, (SROC nº 226 / CMVM nº 20161520)  
representada por  
Luís Miguel Lopes Ferreira (ROC nº 1844 / CMVM nº 20170028)